



# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 1360, de 2021**, que *"Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Fabiano Contarato (PT/ES)	001; 002
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	003

**TOTAL DE EMENDAS: 3**





**PL 1360/2021**  
**00001**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 1360 de 2021)

Inclui-se a seguinte alteração ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) modificado pelo art. 31 do PL 1360/2021:

“Art. 31. Os arts. 111, 121 e **141** do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 141 .....

.....

IV – contra crianças, adolescentes, pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Propõe-se, na presente emenda, incluir na cláusula agravante específica, prevista para os Crimes contra a Honra (Capítulo V), o aumento de um terço das penas previstas para os crimes de difamação, injúria e calúnia também na hipótese de estes crimes serem cometidos contra crianças e adolescentes.

Por essas razões, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



**PL 1360/2021**  
**00002**

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 1360 de 2021)

Inclui-se a seguinte alteração à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), modificado pelo art. 29 do PL 1360/2021:

“Art. 29. Os arts. 18-B, 70-A, 70-B, 136, 201, 226 e **232** da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 232. Submeter criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento:

Pena - detenção de seis meses a dois anos.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com o atual texto do art. 232 do ECA, submeter criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento só é crime quando o autor exerce autoridade, guarda ou vigilância contra estas crianças ou adolescentes. Assim, sem qualquer justificativa razoável, quando um indivíduo não desempenha esses papéis não é crime sujeitar menores de 18 anos a vexame ou constrangimento.

Portanto, para que se possa proteger as crianças e adolescentes contra vexames e constrangimentos ou quaisquer ações que ofendam a sua dignidade, sugerimos a presente emenda.

Por essas razões, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



**PL 1360/2021**  
**00003**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Izalci Lucas

**EMENDA Nº - PLEN**  
**(ao PL nº 1360, de 2021)**

Dê-se ao caput do art. 20 do PL nº 1360, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 20. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente nos termos desta Lei, o juiz deverá determinar ao agressor, de imediato, em conjunto ou separadamente, a aplicação das seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

**JUSTIFICAÇÃO**

Apesar de meritória a matéria, entendemos ser possível aprimorar o texto aprovado na Câmara dos Deputados, mais especificamente no que se refere às medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor.

No nosso entendimento, e no melhor interesse da criança, propomos a alteração da palavra “poderá” para “deverá”, deixando claro que, constatada a violência, não se trata de uma liberalidade do Juiz, determinar as medidas, mas sim uma obrigação.

Por isso solicitamos o apoio dos pares para aprovação dessa alteração.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
PSDB/DF